

## **José Régio, as «presenças» e a Política**

(Texto escrito para participação numa mesa redonda sobre Estética em Portugal no século XX, ULHT, Maio 2003.)

Em rigor, a necessidade de explicar a consciência política na Obra de José Régio deveria ser nula. Mas de facto assim não é, e a estética em Portugal no século XX, sobretudo a estética literária no Portugal das décadas entre 1930 e 1960, é uma boa oportunidade para discutir as formas de recepção em Portugal do pensamento europeu da primeira metade do século XX. É que não é só o caso de Régio e da Política; é também o papel do primeiro modernismo na divulgação da psicanálise, tratado por José Martinho (Pessoa e a Psicanálise, Almedina, 2001) ou da Imprensa neo-realista na difusão do marxismo, estudada actualmente, entre outros, por Luís Crespo Andrade ou por António Pedro Pita e Luís Augusto Costa Dias. Justamente entre estes dois momentos, a *Presença*, órgão do segundo modernismo português, desempenha um papel fundamental, articulando de forma *criticamente ordenada* a experiência estética, que a geração seguinte irá querer sobredeterminar ideologicamente naquilo a que Álvaro Cunhal, aliás Fernando Vale, denominou «crítica de tendência».

Com efeito, aquilo que o ensaio de António Ventura e a antologia que o acompanha (*José Régio e a Política*) deixa perceber é a relação atenta ao social, mas não partidariamente mediada, em toda a Obra de José Régio. Antes dele já outros o haviam feito, desde companheiros de viagem como Casais (ver os textos sobre Régio em *O que foi e o que não foi o Movimento da Presença*) até ao seu «curador» por excelência, Eugénio Lisboa. Mas como agora fica documentado por Ventura, José Régio manteve actividade intelectual em círculos republicanos (na companhia de Vitorino Nemésio) e também anarquistas ainda durante a I República (numa época em que o anarquismo era um chapéu grande, é verdade - até Jaime Cortesão era anarquista); e, desde as primícias da sua Obra poética (*Poemas de Deus e do Diabo*, em 1926) foi notada a heterodoxia da sua intervenção pública.

Não custa perceber o desconforto e mesmo ocasional azedume de Régio quando, em 1939, um jovem Álvaro Cunhal lhe exigiu provas de comprometimento, numa célebre polémica nas páginas da *Seara Nova*. No fundo, a mesma situação ocorrera com António Sérgio uma

década antes, quando José Rodrigues Miguéis rompe com o idealismo seareiro em nome de um projecto revolucionário. Tanto o jovem Miguéis como o jovem Cunhal não tinham noção (pelo menos nítida) da actividade, respectivamente, de Sérgio na década de 1910 e de Régio na de 1920. Uma coisa é saber-se de antecedentes progressistas em tempos distantes, o que é fácil dar por posições ultrapassadas. Outra é ter disponíveis os textos em que, desde reflexões sobre a política europeia durante a Guerra Fria até às questões da carreira docente no Estado Novo, passando pelas purgas no Ensino e pela Censura exercida sobre a sua Obra teatral, José Régio discutiu políticas, sempre exprimindo a sua posição intelectual e pessoal, tanto em privado como em público. Esse acervo, por breve que seja (como de facto é), está agora disponível ao público e deixa bem claro por que motivos José Régio pôde em vários momentos e face a várias opções dizer «não vou por aí».

Se quisermos sintetizar a nossa posição, diremos que sem o presencismo, a «aventura ontológica negativa de *Orpheu*» (como diz E. Lourenço) não teria obtido enquadramento teórico. Ora, sem o «psicologismo» presencista, a mobilização da arte para o serviço político teria ficado gravemente prejudicada: só a consencionalização da função literária específica permitiu a sua adaptação a fins políticos - será esta muita da posição de Cochofel em polémica com António José Saraiva, anos mais tarde. Assim, e independentemente de qualquer objecção que se possa colocar à elaboração teórica presencista, subsiste o valor histórico que ela teve, aliás comprovável no instante em que, sensivelmente na mesma época da polémica Sérgio/Miguéis, se dá a cisão na direcção inicial da Presença, justamente em nome de maior comprometimento político. Foi da Presença que saiu o antecedente histórico do neo-realismo, tal como foi na Seara, sob influência de Miguéis, Bento Caraça e Cunhal que se difundiu o ideário comunista. Daí a nossa leitura colocar a Presença entre Régio e a Política - sem o circuito partidário a intermediar, foi a reflexão estética que definiu Régio face à sociedade em que vivia.

Guardamos propositadamente para mais tarde a discussão da própria legitimidade da referência a uma Presença. Neste momento, e para concluirmos a questão analisada por António Ventura, gostaríamos de voltar atrás e citar o caminho político pelo qual Régio efectivamente se definiu em 1949 (Ventura 2003: 56): «Considero-me eu próprio, em política, um avançado, pois me considero democrata, socialista e cristão: três características, quanto a mim, do permanentemente avançado; - as quais muita gente

considerará inconcluíveis; eu não.» Com efeito, a história veio a demonstrar a possível articulação das três vertentes, mas só depois da morte de Régio, e de Sérgio, só com o triunfo do demoliberalismo em Portugal, no 25 de Abril de 1974.

Mas neste ponto é preferível terminar referindo um aspecto metodológico importante, o da unidade e diversidade da «presença».

Adolfo Casais Monteiro é um dos muitos pensadores portugueses que conheceram o exílio no século XX. Como tantos outros, esse exílio levou-o ao Brasil, onde lhe foi possível aquilo que o seu país lhe queria negar, uma vida autêntica. Lendo os textos (quase todos jornalísticos) recolhidos em *Melancolia do Progresso*, volume agora publicado em Portugal, é possível obter uma imagem pormenorizada não só do percurso individual do seu autor, como da experiência histórica de muitos outros como ele - ou «um pouco» como ele, pois Casais Monteiro foi um dos mais distintos estrangeirados que o século XX português deu ao mundo. Desde o Brasil manteve contacto com Portugal e com outros portugueses exilados, sendo o crítico mais penetrante da tese de Eduardo Lourenço sobre o carácter contra-revolucionário de Presença face à revolução de Orpheu. Casais observou que a Presença não se limitava à poesia e que, mesmo que assim fosse, não se limitava à de Torga e Régio, tal como Orpheu não é resumível a Pessoa e Sá-Carneiro, pelo contrário. Mais do que as palavras contundentes de Gaspar Simões, é esta abordagem metodológica que nos interessa aqui, quando não discutimos poesia mas o papel que a crítica teve na Presença para diferenciar as perspectivas estéticas e éticas entre os seus membros - lembre-se como a Presença chega ao fim com uma polémica entre Gaspar Simões e Casais Monteiro justamente a este respeito, sem que Régio sequer tentasse resolvê-la pelo modo dogmático como Cunhal, enquanto Vale, irá dirimir anos depois a «polémica interna do neo-realismo». Depois da cisão definitiva da Presença, Régio isola-se, Gaspar Simões torna-se o crítico literário mais activo em Portugal, e Casais Monteiro acaba por partir para o exílio. É nele que escreve quase todos os textos de *Melancolia do Progresso*.

Organizado em três partes, e precedido de um Prefácio de José-Augusto França (outro estrangeirado contemporâneo, seu próximo), o livro apresenta uma continuidade nítida entre as duas primeiras, dedicadas respectivamente à crítica cultural e à questão das relações entre intelectuais e sociedade. A terceira parte, relativa a problemas da educação, complementa os textos anteriores, mas sem influir decisivamente na imagem do autor que é

legada ao leitor. Valerá a pena lembrar que ainda antes do exílio (desde 1954 até à sua morte em 1972) Adolfo Casais Monteiro, sendo o mais novo do directório da revista, é também o menos 'presencista' dos três directores, pelo menos no sentido convencional que o termo adquiriu, significando desinteresse pelas questões sociais e apego exclusivo às questões estéticas. Sem dúvida também por isso, dos três directores da revista, Casais será sempre o menos hostilizado pela «cultura diamate» dominante na oposição portuguesa desde a década de 1940. Isto é tanto mais notável quanto textos como os que se publicam neste livro, sobretudo na sua Parte I, mostram bem como a disponibilidade crítica de Casais Monteiro para com a arte *engagé* em nada significava adesão ao marxismo (que constantemente distingue de Marx) nem, sequer, aos termos em que as discussões se travavam (daí a preferência por falar em «participação» intelectual e não em «engagement», como os artigos da Parte II revelam). Deste modo, Adolfo Casais Monteiro conseguiu aquilo que é quase uma quadratura do círculo: em vez de ser atacado à Esquerda e à Direita por indecisão (como sucede por exemplo a Régio), a sua atenção participante às questões político-filosóficas coloca-o num estatuto muito invulgar, de ponte entre círculos intelectuais habitualmente incontactáveis. Essa capacidade, exercida apesar de amargos rompimentos pessoais (como, ainda em Portugal, com João Gaspar Simões), surge em *Melancolia do Progresso* desenvolvida em função de alguns temas centrais na reflexão crítica de meados do século: a defesa da liberdade, sobretudo de Imprensa, associada ao elogio da modernidade contra todos os discursos de crise da cultura; a reflexão sobre a relação entre escritores e sociedade, que não se reduz ao obsessivo cliché da missão dos intelectuais. Vale a pena insistir neste aspecto.

A defesa da liberdade como defesa da modernidade fica limitada pela concepção «substancialista» de liberdade, que nunca valoriza o primado da Lei, o Direito, como garante das liberdades modernas. Este aspecto aproxima o tom de vários textos da vulgata marxista, mas Casais Monteiro estava demasiado ciente do compromisso vicioso que a partidarização dos intelectuais engendra para simplesmente aderir «à causa». Com efeito, o seu profundo pessimismo antropológico conduziu-o a uma hipótese original, na qual se explica a preferência pela noção de participação como tarefa dos intelectuais: essa hipótese é a de o conflito entre escritor e sociedade se dever não à traição do intelectual mas a um justificado desagrado do público com aquele que exerce livremente a crítica - «A sociedade

quer dormir, essa é que é a única verdade.» (p. 149). Um eco distante da 'queixa' de Álvaro de Campos ao seu «Mestre querido»?

Mas não é exacto, há várias outras verdades. E também por isso, neste ano de 2003 em que se celebra o 80º aniversário do Eduardo Lourenço, outro estrangeirado e outro próximo, merece atenção esta *Melancolia do Progresso*, livro heterodoxo como poucos podem ser publicados com textos de intelectuais portugueses. Provavelmente ainda hoje terá mais leitores no Brasil, pelo motivo que o próprio Casais Monteiro explica (p. 93): «Além de uma exígua *élite*, os portugueses só se resolvem a ler um livro quando já o cobre a poeira de muitos anos. Porque não nos resolvemos, duma vez para sempre, a ser um país *realmente* da Europa?»

A pergunta nada tem de retórica. Na verdade, aquilo que as diversas posições éticas e estéticas dos presencistas têm em comum com os seareiros é uma concepção de Europa moderna, marcada pelas liberdades celebrenmente expostas por Benjamin Constant (enquanto jovem, Eduardo Lourenço reconheceu-o, ao escrever sobre o diálogo que nos faltava, em *Heterodoxia*). E será face a essa Europa que outra se propôs, pela mão neo-realista. Entre as duas e sem se confundir com nenhuma, esteve a Política, que não era a mesma, dos presencistas - uma estética da responsabilidade individual, em Régio, uma estética da participação no colectivo, em Casais Monteiro, sempre uma atenção esteticamente mediada à Política na sociedade moderna.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (citadas)

António Ventura, *José Régio e a Política*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.

Adolfo Casais Monteiro, *Melancolia do Progresso*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2003, 258 pp., 7º vol. «Obras Completas».

CARLOS LEONE